



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO

SESSÃO ORDINÁRIA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

ATA N.º 1/2022

(CONTÉM 40 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de 9 de fevereiro de 2022, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no miniauditório municipal, pelas 10 horas, com a seguinte ordem do dia:

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Período antes da ordem do dia;
3. Aprovação da ata da sessão realizada a 27 de dezembro de 2021;
4. Aprovação da proposta de designação de Fiscal Único para o mandato 2021/2025 – Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.;
5. Apreciação da informação a prestar pela Sr.ª Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros: Maria Virgínia Lopes Preto, Paulo Augusto Rodrigues Barbosa, Emanuel David Carção, Eduardo Luís Tiago B. Sanches da Gama, Clara Inês Lucas Martins, Vera Lúcia Alves Ruano e Urbino Anjos Correia, tendo sido justificadas as faltas.

Estiveram presentes os seguintes membros: Óscar João Atanázio Afonso, António Manuel Marques dos Santos, Pedro Velho Ferreira, Marisa Cristina Torrado Ortega, Júlio Ricardo Gonçalves Barbosa, Fernando Vaz das Neves, Emanuel Pinto Bernardo, Bárbara Alexandra Couto Fráguas, Carlos Eduardo Córdova Pera, José Marcelino Antão, Domingos de Jesus da Igreja, em substituição de Camilo António Vaz das Neves Raposo, Francisco José Carvalho Parreira, Gualdino Manuel Fernandes Raimundo, Jorge Jacoto Lourenço, António José



Fernandes Ribeiro, Lísis Fernandes Gonçalves, Tiago Filipe Fernandes Martins, Nélio Miguel Seixas, Luís Miguel Poço Santiago e António Preto Mamede.

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo: Helena Maria da Silva Ventura Barril, António Nuno Marcos Rodrigues, Vítor Manuel Vaz Bernardo e Carlos do Nascimento Ferreira.

Constatou-se a ausência do seguinte membro: Júlio Meirinhos Santana.

Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Óscar João Atanázio Afonso, declarou aberta a sessão eram dez horas e dez minutos.

O **Presidente da Assembleia Municipal** cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão e, em seguida, propôs a introdução de dois assuntos remetidos pelo Órgão Executivo da Câmara Municipal sob as seguintes intitules:

- **Integração dos representantes das freguesias da Comissão Municipal da Defesa da Floresta do município de Miranda do Douro na futura Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Florestais – Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro.**

E,

- **Transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais do domínio da ação social;**

1. Informações.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que pretendessem intervierem neste ponto, sendo que nenhum dos membros se inscreveu. Prosseguiu deixando algumas notas a respeito do projeto que está a ser levado a cabo alusivo ao Círculo de Estudos do Centralismo. Recordou que a iniciativa foi apresentada pelo Dr. Miguel Cadilhe, transmitindo que esta personalidade doou um grande espólio de obras literárias neste âmbito, referindo que o círculo comporta uma biblioteca sobre o estudo do centralismo e do desenvolvimento. Deu conhecimento de que o espólio oferecido pelo Dr. Miguel Cadilhe tem estado a ser encaminhado para o Arquivo Municipal de Miranda do Douro para receber



Handwritten initials in blue ink at the top right corner of the page.

tratamento bibliográfico e para ser classificado e organizado pelo seu arquivista, o Dr. Jorge Lourenço.

Expôs que tem por objeto contribuir para o desenvolvimento harmonioso do Território através do fomento e divulgação de estudos sobre a sua organização político-administrativa, abrangendo duas vertentes fundamentais complementares: a dos *princípios de organização*, em que se inserem estudos relativos ao centralismo e ao princípio da subsidiariedade, e a das *formas de organização*, em que se incluem estudos relativos a fenómenos da centralização e da descentralização. Esta, a descentralização, é tomada como regionalização e municipalização nos seus diferentes graus, ou, em formas mitigadas, como delegação, deslocalização e desconcentração, ou é tomada pelo seu antitético que é o centralismo e a centralização em suas diversas formas e decorrências - uma perspectiva inversa, séria, porventura inédita em alguns campos do saber.

O nome, o ângulo e o objeto do Círculo, e também a sua sede, são, pois, e em si mesmos, uma salutar e respeitável provocação intelectual num dos países mais centralizados da Europa.

O Círculo é uma iniciativa da sociedade civil, oriunda de diversos lados do todo nacional e de diversos campos da cultura, da ciência e da economia. O Círculo espera receber apoios municipais, que não pode dispensar, mas é, de raiz, um continuado ato de cidadania, livre, digno e independente, que não se fecha na sua circunstância transmontana, que aliás muito o honra, antes se abre ao País. A sede do Círculo é em Miranda do Douro, nesses históricos territórios, onde o rio se faz português, ainda e só na margem direita. Territórios recônditos, eles próprios vítimas da centralização que agravou a geografia.

O foco do Círculo estará no País e na Europa. O Círculo debruçar-se-á sobre temas de algum modo antitéticos, como supradito. E fá-lo-á com toda a abertura, sem trincheiras do pensamento. Será uma espécie de largo *think tank*, isto é um grupo de estudo e reflexão, bem como de sensibilização e de promoção de ação, capaz de congregar pessoas, ideias e estudos de diferentes campos do conhecimento a respeito do seu objeto. E capaz de se aproximar dos atributos de "utilidade pública", recentemente reformulados pela Lei n.º 36/2021 de 14 de junho, Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública, isso sem prejuízo da sua independência e da prossecução e valorização dos seus fins, e sem que signifique qualquer contradição ao nível dos valores, princípios e desígnios fundacionais que o Círculo estatutariamente abraça.

Papel primordial caberá à "Biblioteca do Centralismo e do Desenvolvimento", uma biblioteca
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO

ATA N.º 1/2022



Handwritten initials and a signature in blue ink, including a stylized 'A' and a signature that appears to be 'J.P.'.

dedicada, como o próprio nome diz e define. Será criada como parte integrante do Círculo, também em Miranda do Douro. Em modo digital ou em papel, a Biblioteca reunirá dádivas de livros, revistas, artigos, manuscritos, e outros documentos, que seletivamente cumpram requisitos de pertinência e relevância, atendendo ao seu objeto. Algum deste património documental, assim doado, só poderá ser consultado sob reserva ou relativa confidencialidade.

A História, a Geografia e a Demografia, o Território, os Recursos naturais, o Ambiente, a Cultura, as Artes e as Letras, a Arquitetura, as teorias do Crescimento e do Desenvolvimento, as Políticas Públicas económicas e sociais, nacionais e europeias, a Educação, a Saúde, a Habitação, as funções e a organização do Estado e o princípio da Subsidiariedade, a qualidade das Instituições, a Ciência Política, as Finanças Públicas e certos ramos do Direito e da Economia, a Sociologia e outras ciências sociais, a Estatística, os diversos setores da Economia Portuguesa, as Engenharias e as tecnologias, os Transportes e as infraestruturas, a Inovação, os fatores da Competitividade, são exemplos, entre outros, de áreas temáticas que a Biblioteca poderá cultivar desde que vocacionadas aos fins do Círculo, sob condição, portanto, dos mencionados requisitos de pertinência e relevância. Acresce que a Biblioteca deverá articular-se, tanto quanto possível, com a chamada "listagem temática" a publicar pelo Círculo.

Como atividade normal e principal, o Círculo procurará incentivar estudos de "estudantes, investigadores e autores", os quais, sublinhe-se, não precisarão de ser sócios, mediante: i) bolsas e prémios; ii) alianças, protocolos de cooperação e ações comuns, com universidades, politécnicos e outras instituições de cultura, investigação e conhecimento; iii) debates e seminários no seio do Círculo; iv) publicação de "listagem temática" e recurso ao "capital relacional" do Círculo; v) estadas em Terra de Miranda e acesso a documentações especiais da Biblioteca; vi) divulgação digital dos trabalhos com chancela do Círculo. E outras formas de motivação. Adicionalmente, poderá o Círculo realizar estudos próprios, ou encomendar fora a realização de estudos.

O Círculo visará apoiar projetos, individuais ou coletivos, que estudem a subsidiariedade, o centralismo e a descentralização, nas suas diversas formas. E estudem os correlativos temas do desenvolvimento e dos caminhos para melhorar a qualidade de vida das populações. Por exemplo: a história do centralismo, as suas causas e os seus efeitos, os seus fundamentos, as suas vantagens e desvantagens, as suas políticas e instituições, as suas práticas, as suas expressões artísticas e literárias, e tantos outros temas.



Handwritten initials in blue ink, possibly 'F' and 'A', located in the top right corner of the page.

Na realização dos projetos, relevarão análises teóricas e empíricas, factuais e contrafactuais, comparativas no tempo e no espaço, de custos-benefícios, mono e inter, pluri, transdisciplinares, e diversos outros tipos de análise. Poderão relevar também análises de governança e gestão das organizações públicas e privadas. O Círculo privilegiará os meios digitais em todas as situações, seja para comunicar com os sócios e publicar informações, seja para editar os estudos dos bolseiros e premiados.

O Círculo publicará uma “listagem temática” digital, indicativa, de matérias que, no âmbito do seu objeto estatutário, possam interessar a “estudantes, investigadores e autores”. Sobre alguns dos temas, poderá o Círculo abrir concursos e protocolar alianças e memorandos de entendimento. Além disso, espera o Círculo fazer valer um fecundo “capital relacional”, que poderá ser gerado pelos membros do seu Colégio Consultivo. Através desta figura colegial estatutária, o Círculo procurará potenciar o diálogo entre, por um lado, “estudantes, investigadores e autores”, e por outro, pessoas que detenham saber, conhecimento e experiência, sejam ou não sócios do Círculo. O fluxo de troca de ideias deverá ser desenvolvido, sem embaraços nem burocracias, sem carecer de autorizações da Direção ou dos serviços do Círculo.

Quanto aos meios de financiamento de maior vulto, o Círculo espera dispor de várias fontes. Procurará confirmar apoios municipais, com destaque para as instalações da sede e da Biblioteca. Procurará reunir condições para aceder ao “Fundo” criado pela Lei n.º 75-B de 31 de dezembro de 2020, Lei do Orçamento do Estado para 2021, respeitante ao trespasse da concessão de barragens. Procurará estabelecer formas de cooperação do tipo mecenático com outras entidades. Procurará protocolar o cofinanciamento de estudos anuais, ou a atribuição de prémios especiais em procedimento concursal, e procurará catalisar iniciativas desta natureza junto de entidades públicas ou privadas, nacionais ou europeias, a fim de estas participarem enquanto entidades financiadoras e avaliadoras.

A propósito desta iniciativa, deixou o convite aos senhores deputados municipais, e aos senhores presidentes de junta de freguesia, para se juntarem a esta iniciativa e se tornarem sócios efetivos do Círculo de Estudos do Centralismo, caso seja essa a sua vontade, transmitindo que se prevê que a constituição efetiva do círculo ocorra entre março e abril do ano em curso.



Handwritten signature and the letter 'A' in blue ink.

Comentou que a Câmara Municipal de Miranda do Douro apoia esta iniciativa com uma carta de intenções, concretamente, com apoio logístico e com a cedência das instalações do Arquivo Municipal para acomodação da biblioteca sobre o estudo do centralismo e do desenvolvimento. Terminada a sua intervenção, prosseguiu com a reunião, passando a palavra à Presidente da Câmara Municipal.

A **Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou todas as pessoas que se encontravam presentes na sessão e continuou dando conhecimento de que a Câmara Municipal atribuiu um louvor ao Comandante do Destacamento Territorial de Miranda do Douro, Capitão Cristiano Gonçalves, tendo lido o teor do referido louvor para dar conhecimento do respetivo teor aos membros que integram esta assembleia municipal, conforme passa a ser transcrito:

“Ao Capitão Cristiano Gonçalves, Comandante do Destacamento Territorial da Guarda Nacional Republicana de Miranda do Douro.

O Capitão Cristiano Gonçalves, Comandante do Destacamento Territorial da Guarda Nacional Republicana de Miranda do Douro desde 1 de agosto de 2018, tem evidenciado, desde então, uma invulgar capacidade de planeamento, uma dedicação, empenho e capacidade de motivar mulheres e homens, que servem este destacamento territorial, tendo contribuído para o excelente trabalho realizado e para aumentar o sentimento de segurança que se vive no nosso concelho.

As especiais competências técnicas e por força de um alto sentido de responsabilidade institucional, o Capitão Cristiano Gonçalves tem revelado notório empenho, brio e determinação para que a execução das tarefas da sua responsabilidade, sejam cumpridas com êxito e perfeição.

Impulsionado pela sua personalidade, tem procurado promover, de forma incessante, a melhoria das condições de trabalho dos militares que estão sob o seu comando, granjeando a estima, respeito e admiração de todas as pessoas com quem tem servido.

Sublinhe-se a sua total disponibilidade e empenho para trabalhar, em articulação com o Serviço Municipal de Proteção Civil, o Conselho Municipal de Segurança, o Conselho Municipal de Educação, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco do concelho e com o Juízo de Competência Genérica de Miranda do Douro.

A sua recetividade, no exercício das suas funções, tem sido total para colaborar com todas as entidades de interesse público e sem fins lucrativos, garantindo segurança, sem custos



adicionais, para a organização de múltiplos eventos na área da cultura, desporto, festas tradicionais e outras iniciativas.

A sua postura enquanto cidadão colaborando em várias atividades, envolvendo-se com a comunidade, criou em sentimento de empatia, que muito contribuiu para uma generalizada relação de confiança entre as populações e a Guarda Nacional Republicana.

Pelas qualidades profissionais e características de personalidade que tem demonstrado, a par da notória e comprovada perseverança no desempenho das tarefas que lhe têm sido confiadas, o Capitão Cristiano Gonçalves tem contribuído para o cumprimento e sucesso das missões que lhe foram confiadas, afigurando-se digno merecedor de público louvor, devendo os serviços por si prestados ser considerados extraordinários, relevantes e de elevado mérito.

A Presidente da Câmara Municipal, na reunião de Câmara de 7 de fevereiro de 2022, propôs a atribuição do presente louvor ao Comandante do Destacamento Territorial da GNR em Miranda Do Douro, o Capitão Cristiano Gonçalves, tendo todos os membros do Órgão Executivo aprovado a atribuição do mesmo, bem como, remeter para conhecimento o louvor atribuído, ao Comandante-Geral da GNR, ao Ministério da Administração Interna."

Prosseguindo, deu também conhecimento de que foram celebrados protocolos com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Miranda do Douro e de Sendim, no âmbito do Regulamento Municipal do Transporte dos Doentes Oncológicos, para efetuarem o transporte desses mesmos doentes aos tratamentos, tendo apresentado uma declaração nesse sentido, conforme se segue:

"A Câmara Municipal de Miranda do Douro sensível e consciente de que a etiologia cancro tem um forte impacto na população do concelho, não só para o doente, mas também para a família, aprovou o Regulamento Municipal de Transporte de Doentes Oncológicos, o qual irá permitir o apoio direto a todos os doentes oncológicos para efetivar atos médicos nos hospitais de referência no norte de forma gratuita.

Concluído o processo e após a assinatura dos protocolos com as Associações Humanitárias dos Bombeiros deste concelho, como já referi, informamos que se encontra disponível o processo de candidatura a todos os mirandeses e mirandesas que comprovadamente se encontrem diagnosticados com esta etiologia, e que queiram usufruir do transporte disponibilizado pela Câmara.

Assim, deverão os munícipes dirigir-se ao balcão único da Câmara Municipal, preencher o requerimento para o efeito, apresentando os documentos mencionados no referido regulamento,



Handwritten initials in blue ink at the top right corner of the page.

designadamente, o cartão de cidadão ou o bilhete de identidade, o cartão de contribuinte, o cartão do serviço de segurança social, o cartão do serviço nacional de saúde, e fotografia tipo passe, caso não tenha cartão de cidadão.

Tem de apresentar também um atestado de residência e de eleitor no município, há mais de dois anos, aqui, os Senhores Presidentes de Junta têm um papel essencial.

Tem de apresentar também, um comprovativo que ateste ser doente oncológico, ou seja, uma declaração médica que ateste ser portador dessa doença.

Deve também apresentar o comprovativo do local da prescrição de exames ou de consulta da entidade requisitante, informação a respeito de se tratar de doente que necessita ou não de oxigênio, ou monitorização, e fazer chegar informação se necessita de acompanhamento, assim como, o motivo dessa necessidade.

Por isso, solicito a cada Presidente de Junta que recolha no final desta sessão de assembleia municipal um ou dois cartazes para levar e divulgar a prestação deste serviço nas respetivas freguesias, ou Uniões de Freguesia.”

Continuando, partilhou informação respeitante a um evento que vai decorrer no próximo dia 25 de fevereiro, pelas catorze horas e trinta minutos no miniauditório municipal, do fórum da psicologia, expondo que na medida em que se trata de um dos maiores desafios do nosso século, o município está a organizar uma ação pública no âmbito da saúde mental designada, “Fora da Caixa” – Repensar a Saúde Mental, matriz associação para a promoção da saúde mental, com o apoio da Câmara Municipal de Miranda do Douro, estando esta município a organizar uma sessão de animação dialogada sobre a saúde mental, projeto regional cofinanciado pela Direção Regional da Saúde e pelo Programa Nacional para a Saúde Mental.

Informou que a sessão é dirigida à população em geral do Concelho de Miranda do Douro e que contará com a participação duas psicólogas clínicas do projeto, que irão mediar a visualização de animações e pretendendo-se a reflexão e sensibilização sobre este tema, promovendo desta forma um aumento de conhecimentos em matérias de saúde mental, o combate ao estigma e conseqüente processo de discriminação nestes domínios, que se conhece como um dos principais obstáculos relativos ao acesso ajustado e atempado, cuidados de saúde especializados e conseqüentes fenómenos de exclusão social associados.

Na seqüência da intervenção apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Técnico Superior Arquivista da Câmara Municipal solicitou o uso da palavra conforme se segue.



Handwritten signature and initials in blue ink.

O **Técnico Superior Arquivista da Câmara Municipal**, Jorge Jacoto Lourenço, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os que se encontravam presentes e prosseguiu dizendo em complementando o que já tinha sido proferido pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia. Antes de mais, cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal por todo o trabalho que ele também tem vindo a fazer no âmbito deste projeto do centralismo, abonando que se trata de uma grande empreitada, obviamente, com a colaboração e o empenho do município, referiu que, este projeto era também algo que constava no plano de ação do próprio município para este mandato. E que, portanto, importava referir, e em sua opinião, que para o município isto poderia ser um projeto de desenvolvimento a registar e que este projeto poderia efetivamente contribuir para trazer ao Concelho de Miranda do Douro meio Portugal, representado nesta associação que venha a ser constituída.

Destacou o repto que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deixou quanto à adesão dos membros desta Assembleia Municipal a esta iniciativa, tornando-se sócios desta associação, porque se lhe afigura extremamente importante que assim seja.

Quanto ao convite que lhe foi dirigido, nesse âmbito, referiu que se sente muito honrado por dar o seu apoio nesta empreitada, sublinhando mais uma vez que esta iniciativa pode ter um papel importante no que respeita ao desenvolvimento da nossa terra.

No que respeita às pessoas que já deram o seu contributo e se disponibilizaram para colaborar, referiu que tinha como indicação que, neste momento, já tem um acervo numa extensão de vinte cinco metros lineares de obras oferecidas pelo Professor Miguel Cadilhe, que já se encontram no arquivo municipal e vão ser tratadas para poderem ser disponibilizadas logo que possível. Transmitiu que também foi disponibilizada documentação cedida pelo Professor Eng.º Pedro Nunes, pelo Professor Arlindo Carvalho, pelo Professor Engenheiro Braga da Cruz, pelo Professor Valente Oliveira, pelo Dr. Fernando Sousa, pelo Prof. Cândido Oliveira, do Círculo Literário Agustina Bessa Luís, da Misericórdia do Porto, e outras pessoas que aguardam indicação para fazer a cedência de documentação que integrará o acervo da biblioteca do centro de estudos. Considera que isto denota que é algo de extraordinário que se pode trazer para Miranda do Douro, saibamos nós aproveitar esta oportunidade e fazer desta iniciativa uma alavanca para o desenvolvimento cultural e científico da nossa terra, porque se efetivamente todos trabalharmos nesse sentido será um grande polo de desenvolvimento.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, depois de terminado o período de intervenções, prosseguiu com os trabalhos, passando ao segundo ponto da ordem do dia.



Handwritten initials and a signature in blue ink.

2. Período antes da ordem do dia.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que pretendessem interviesses neste ponto, tendo-se inscrito os membros a seguir indicados: Fernando Vaz das Neves, Bárbara Alexandra Couto Fráguas, António Marques dos Santos, António Preto Mamede, Nélcio Miguel Seixas, António José Fernandes Ribeiro, Carlos Eduardo Córdova Pera, Jorge Jacoto Lourenço, Tiago Filipe Fernandes Martins, Emanuel Pinto Bernardo, e José Marcelino Antão.

O **Deputado Fernando Vaz das Neves**, apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes na sessão e prosseguiu a sua intervenção apresentada por escrito, cujo teor passa a ser transcrita para a presente ata.

"Em primeiro lugar, conforme a boa tradição democrática e a boa tradição transmontana, felicitar o PS pela vitória nas eleições legislativas de janeiro de 2022. E por outro lado, lamentar as declarações apresentadas pelo Dr. Sobrinho Teixeira no comentário aos resultados eleitorais, em 30.01.2022, quando diz: "Tivemos resultados piores como Mogadouro ou Miranda, porque se criou uma polémica artificial em torno das barragens que tentarei resolver no Parlamento.

Em minha opinião, aqui não existe nenhum problema artificial, mas sim um problema real, concreto e que foi criado pelo governo do Partido Socialista. E percebe-se facilmente que, se a empresa A comprar a empresa B, ou, parte da empresa B, dessa transação comercial são devidos impostos. Ora, sendo a lei por princípio geral e abstrata, aplicando-se a todas as situações idênticas, a questão de fundo é perceber porque é que a venda da concessão das barragens pela EDP à ENGIE está isenta de impostos.

Parece-me que não é preciso ser muito estudado para perceber isto. Também não creio que haja aqui qualquer exceção à lei, que permitisse fazer esta exceção à cobrança de impostos.

É espantoso,

Que seja o Governo, que tem a obrigação de defender os interesses do país e dos Portugueses, o grande defensor do não pagamento de impostos, nesta situação.

Por outro lado,

b) Não admito que o Dr. Sobrinho Teixeira venha passar um atestado de menoridade, civil e intelectual, aos Mirandeses. Como se não soubessem distinguir o real do artificial, como se o voto dos mirandeses, não fosse tão válido como o voto de qualquer outro português.



Handwritten signature in blue ink.

E distinguimos tão bem o real do artificial porque, se não fossem os Mirandeses, nomeadamente o Movimento Cultural da Terra de Miranda a denunciar a suposta negociata, ela teria sido feita pela calada da noite, sem que ninguém desse por isso. Se calhar o interesse era esse.

Já agora seria interessante que o Dr. Sobrinho nos dissesse qual a polémica artificial, na sua Terra, Mirandela, para lá ter perdido, também.

Talvez, como nós em Miranda, tenham percebido que a única artificialidade aqui, é do Dr. Sobrinho, que terá começado pelo CDS, depois passado pelo PSD e agora aterrou no PS. Quiçá no futuro o veremos no BE a dar umas aulas nos acampamentos de verão que costumam organizar.

Mas nem tudo foi mau na campanha do PS.

Se do cabeça de lista já não espero nada, uma vez que em recentes declarações à imprensa, Sobrinho Teixeira fala numa "nova forma de estar na política" após campanha impactante.

Foi tão impactante que a questão das barragens já não faz parte do seu discurso. Do Líder parlamentar do PS nesta assembleia municipal, como verdadeiro Mirandês espero muito. O Prof. António comprometeu-se com os Mirandeses durante a campanha na questão das Barragens. Estou certo de que não defraudará os Mirandeses. Estou certo de que será um soldado disponível nesta batalha. Batalha que não é de partido algum, mas sim de todos os mirandeses."

A **Deputada Bárbara Alexandra Couto Fráguas** cumprimentou todos os presentes e prosseguiu referindo que pretende colocar duas questões que a preocupam bastante, como habitante e como cidadã do Concelho de Miranda do Douro.

A primeira questão prende-se com a poluição da ribeira de Atenor, referindo que as fossas da ETAR existentes não funcionam em condições, tornando-se um problema que crê ser extensível a várias outras freguesias e a várias outras aldeias.

Mencionou a este respeito que, em anos em que chove pouco, assim como nos demais anos, acontece que é recorrente a ribeira ter muito mau aspeto e cheirar muito mal, o que ocorre mesmo junto à aldeia, por baixo da igreja, num local onde se encontram elementos de atração turística, nomeadamente, um pontão, um ninho de cegonha e trata-se de uma zona que pode ser frequentada e visitada por visitantes e por turistas, e que nestes últimos anos não se tem feito nada para resolver essa situação.

Dirigindo-se ao Executivo da Câmara Municipal, perguntou se o atual Executivo Municipal tem já alguma resolução pensada para colmatar este problema.



UP
A

A outra questão abordada foi o que respeita ao uso de herbicidas em espaços públicos, dizendo que tem conhecimento de que em várias freguesias do concelho são utilizados herbicidas nas ruas para eliminar ervas daninhas.

Lembrou que é do conhecimento geral que o uso dessas substâncias, principalmente a utilização de herbicidas com o princípio ativo de glifosato, são bastante prejudiciais à saúde, existindo já estudos científicos a esse respeito que provam a ligação desse componente a doenças cancerígenas.

Recordou que existem leis que proíbem a utilização desses herbicidas em determinados espaços públicos, nomeadamente, em escolas, hospitais, jardins públicos, mas a respeito da sua utilização nas ruas ainda não existe.

Afirmou que acredita que quem vive neste concelho e defende tanto a natureza e o património natural que aqui temos deve ter também essa preocupação ao nível ambiental e também de saúde pública.

Para terminar, perguntou a respeito de duas obras que pensa terem sido anteriormente já aprovadas para a localidade de Atenor, concretamente, o novo depósito de água, a respeito do que tomou conhecimento de que já tinha sido lançada a concurso, e este ano que é um ano que se avizinha de muita falta de água, crê que é uma obra prioritária, que se deve acelerar o mais possível. E a outra obra tem a ver com os arranjos urbanísticos, dizendo que, é do conhecimento geral que Atenor é uma aldeia que recebe muitos visitantes, não só durante alguns dos eventos que lá são organizados, mas durante todo o ano. Visitantes que vêm visitar os burros e visitar a aldeia. Nesse sentido, referiu que, estando aprovada a pavimentação de algumas ruas da aldeia, pediu esclarecimento sobre a situação dessa obra de arranjos urbanos, alertando o Executivo da Câmara Municipal para ter em atenção que na zona antiga da aldeia, nomeadamente, na zona envolvente à igreja, o piso é calçada, sendo importante manter o piso nessa zona antiga manter e não usar o alcatrão, assim como nas ruas onde normalmente se organiza a ronda das adegas, e que, no fundo é a zona mais visitada pelas pessoas que visitam a aldeia.

O **Deputado António Marques dos Santos** referiu que quando pediu para fazer uso da palavra não foi a respeito do Professor Sobrinho Teixeira, mas já que lhe foi feito um desafio por parte do Deputado Fernando Vaz das Neves que vai ter de falar.

Proseguiu dizendo que, relativamente à figura do Prof. Sobrinho Teixeira, é sobejamente conhecido o trabalho que ele fez, nomeadamente, no IPB, tendo transformado o IPB num caso sério de sucesso. E que, se hoje Bragança tem muita dinâmica, é muito devido áquilo que foi



feito por ele no âmbito do IPB, que é um dos institutos politécnicos com mais frequência no país, com uma capacidade de atração enorme, com uma ligação íntima ao tecido empresarial, e isso deve-se muito a ele, enquanto responsável pelo IPB.

Enquanto Secretário de Estado, referiu que, muito devido ao trabalho feito pelo Prof. Sobrinho Teixeira, Portugal atingiu pela primeira vez o índice único de 51 % dos jovens de vinte anos inscritos no ensino superior.

Relativamente à questão das barragens, disse que, pessoalmente, é subscritor desde o primeiro dia do Movimento Cultural, afirmando que a posição do governo é essa, e que se há impostos a pagar a Autoridade Tributária se há de pronunciar. Considera que esses impostos se devidos devem ser pagos, não tem dúvida nenhuma a esse respeito e que fará tudo o que estiver ao seu alcance para que assim seja, que é pouco, mas está solidário nessa luta.

Quanto ao que foi dito pelos membros do governo, sabe que houve confusão no início e as coisas não correram como devia ter sido, e que Autoridade Tributária está a estudar o assunto, e se chegar à conclusão que tem de pagar impostos não de pagá-los.

No que se refere ao seu pedido de intervenção, disse que tem a ver com a questão de ter sido eleito como deputados para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, pretendendo dar conta daquilo que ali se passou na primeira sessão a que assistiu, transmitindo que foi eleita uma mesa, da qual o Deputado Fernando Vaz da Neves faz parte, foi eleito o secretariado executivo, nomeadamente, o Prof. Rui Caseiro e o Dr. Manuel Miranda, e que foi aprovado o orçamento da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

Comentou que ficou um bocadinho admirado quando leu o regimento de funcionamento da Assembleia Intermunicipal, afirmando que uma assembleia que reúne duas vezes por ano não pode ser muito eficaz, tendo a intenção, na próxima reunião, de propor que seja alterado.

Constatou que muito do que ali se passa é decidido pelo Conselho de Presidentes de Câmara e que o trabalho como deputados da assembleia intermunicipal lhe parece pouco eficaz reunindo apenas duas vezes por ano. Referiu ainda que não vai haver fiscalização, não vai haver discussão, e considera que é muito importante discutir nesse órgão assuntos de interesse intermunicipal, a respeito de matérias que nos afetam, como por exemplo, o Matadouro do Planalto, afirmando que, tendo em conta o regimento pelo que se rege a assembleia intermunicipal, não lhe parece que consigam fazê-lo devidamente.

Aproveitou para solicitar ao Executivo Municipal alguma informação atualizada sobre o andamento do processo do Matadouro Intermunicipal do Planalto.



Handwritten signature in blue ink at the top right corner of the page.

Relativamente ao Regimento desta Assembleia Municipal, agradeceu por lhes ter sido já enviado, é de opinião de que há alguns acertos a fazer ao referido regimento, disponibilizando-se para colaborar com uma equipa para atualizar o regimento.

O **Deputado António Preto Mamede** dedicou os seus cumprimentos a quantos se encontravam a participar na sessão e prosseguiu a sua intervenção consoante a seguir se transcreve.

“Antes de mais cumprimento e felicito todos os membros desta assembleia por estarem aqui a cumprir um mandato para o qual foram eleitos democraticamente, para defender os interesses das gentes e comunidades de Miranda do Douro.

Sinto-me regozijado por voltar aqui a este espaço de grande sinergia e diálogo democrático. Isto já o deveria ter dito na primeira sessão, mas manifesto-o agora, e aqui fica o meu registo.

Desejo a todos felicidades, com mais saúde e menos constrangimentos.

Gostaria ainda de referir, que ultimamente e em todas as reuniões se tem falado e veiculado a ideia e a expressão, “...limpeza e arranjos urbanísticos...”, nas localidades e vias de acesso.

Nota-se, porém, isso sim, algum abandono e pouco cuidado, em certas localidades e vias do Concelho de Miranda do Douro. Pequenos arbustos, silvas, ervas, começam a abundar e tomam conta das bermas de algumas vias e outros espaços. Neste propósito e a título de exemplo, quero salientar e lembrar que no dia 28 de abril de 2017 falei neste assunto e pedi para arranjar e abrilhantar, com tracejado, (sinalização horizontal) na estrada que vai de Vila-Chã a Fonte de Aldeia, pois já apresenta alguma degradação. Muitas pessoas e utentes me têm pressionado e solicitado para o arranjo sustentável desta via, muitas destas pessoas vão e vêm de perto e de longe e não conseguem ver nada, porque em dias de nevoeiro andam à procura da estrada e com muita precaução por causa do estado da via. Nunca será demais reclamar, pedir uma estrada com boas condições de trânsito. Perdoem-me o atrevimento, mas proponho à Sr.ª Presidente e ao Executivo da Câmara que esta estrada seja integrada na Rota Turística da EN221, se são 184 Km de Miranda do Douro à Guarda pela EN221, proponho acrescentar-lhe os quilómetros de Vila Chã a Fonte D’Aldeia, e assim fazem-nos visita, pois Vila Chã tem muito turismo para oferecer. Talvez assim e definitivamente a estrada seja arranjada e não esteja eternamente adjudicada. Saliente-se que, esta já foi pelo menos duas vezes adjudicada (em mandatos anteriores), mas nunca foi executada a obra de beneficiação, é das estradas concelhias mais lastimosamente degradada. Ultimamente, já foram tapados, pontualmente, alguns buracos e agradeço por isso.”



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'F. A.' or similar, located in the top right corner of the page.

O **Presidente da União de Freguesias de Ifanes e Paradela**, Nélio Miguel Seixas, cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão e prosseguiu lembrando que à semelhança do ocorrido na sessão anterior, voltava a abordar a questão das obras na freguesia que representa, dizendo que os trabalhos se encontram praticamente parados, o que tem trazido alguns constrangimentos aos habitantes da União de Freguesias de Ifanes e Paradela, concretamente as obras do miradouro e do calcetamento de uma via.

Transmitiu que teve conhecimento através da ata n.º 2/2022 da reunião do Órgão Executivo da Câmara Municipal, de janeiro do corrente ano, que se verificaram irregularidades nos autos de medição respeitantes às referidas obras.

Dirigindo-se ao Vereador Vítor Bernardo, perguntou-lhe o que se passa realmente com essas obras e durante quanto tempo vão ficar paradas.

O **Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa**, António José Fernandes Ribeiro, apresentou os seus cumprimentos a todos os presentes e continuou referindo que, desde há longa data que se têm debatido com um técnico da Câmara Municipal, nomeadamente, o Arq. Fernando, afirmando que o referido técnico tem causado transtornos não só na sua freguesia, mas, em qualquer aldeia onde se pretenda executar a reabilitação de uma habitação.

Disse que, na Freguesia da Póvoa, se encontram diversas casas degradadas e derrubadas, afirmando que tudo o que podia ter sido recuperado não se fez devido ao facto de ser praticada muita burocracia e não haver empatia em relação a essas pessoas, que pretendem recuperar essas habitações, e dessa forma permitir a dignificação da aldeia, verificando-se neste momento que as aldeias estão cada vez mais degradadas devido ao número de casas derrubadas.

Agradeceu ao Executivo da Câmara Municipal pela forma como foi recebido por eles na Câmara Municipal, fazendo menção de que tinha deixado alguns pontos referenciados quando reuniu com os elementos do Executivo Municipal, concretamente, ao estado de degradação em que se encontra uma ponte na freguesia que representa, assim como as valas que se encontram feitas ao longo das ruas, em vez de guias de água, que não são adequadas e devido ao que já ocorreram dois acidentes de viação e a queda de uma senhora de oitenta anos de idade, que sofreu escoriações.

Deixou também nota a respeito da questão das águas pluviais, referindo que as fossas de escoamento se encontram entupidas, bem como da necessidade de levantar o pavimento para conseguir fazer os respetivos arranjos. Devido ao facto de esses arranjos não terem sido feitos,



Handwritten initials in blue ink, possibly 'A' and 'F', located in the top right corner of the page.

teve de mandar erigir um muro de contenção de águas, para evitar que as águas oriundas do cemitério da aldeia invadam os terrenos de particulares, no que investiu mil e quinhentos euros. Fez também alusão ao edifício da escola primária da sua freguesia, dizendo que o antigo Executivo da Câmara Municipal tinha em tempos referido que esses edifícios iriam ser transferidos para as respetivas juntas de freguesia e nesse âmbito seria celebrado um protocolo entre a Município e cada uma das Juntas de Freguesia para serem transferidas verbas no sentido de proceder à recuperação desses mesmos edifícios.

Mencionou que também ficou de ser celebrado um protocolo no sentido de transferir a responsabilidade dos cemitérios para as juntas de freguesia, em que as juntas de freguesia se responsabilizariam pela limpeza e manutenção dos cemitérios, o que não aconteceu. O mesmo sucedendo relativamente aos caminhos rurais, devido ao facto de a Câmara Municipal não ter máquinas para disponibilizar às juntas de freguesia por forma a fazer a limpeza desses caminhos.

Relativamente à limpeza de ervas daninhas, transmitiu que a partir do momento em que tomou posse como Presidente de Junta de Freguesia, nunca mais foram utilizados herbicidas na limpeza de ervas daninhas. Informou que esse trabalho tem sido efetuado através de sistema manual e mecanizado, porque teve conhecimento, através de um estudo elaborado por cientistas que oitenta por cento dos cancros contraídos pelo ser humano têm origem na utilização de herbicidas, pesticidas e fertilizantes que são aplicados nos terrenos.

Referiu que foi celebrado um protocolo com cada junta através do que foi atribuída uma verba significativa para efetuar esses trabalhos, mas que, com a subida de impostos, lhes é cada vez mais difícil efetuar os trabalhos de limpeza e manutenção das aldeias, porque os orçamentos têm sido mais reduzidos.

Agradeceu antecipadamente ao Executivo da Câmara Municipal apelando à sua compreensão relativamente a essa questão, no sentido de obter ajuda para as juntas de freguesia.

Transmitiu que a ETAR da localidade da Póvoa não funciona em condições, pelo que o despejo de águas de saneamento é feito numa zona muito próxima às casas de habitação, o que é muito inconveniente.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Duas Igrejas**, Carlos Eduardo Córdova Pera, cumprimentou todos os presentes e, prosseguindo, dirigiu-se ao Executivo Municipal, perguntando a respeito do matadouro intermunicipal se efetivamente o matadouro vai ser



Handwritten signature in blue ink.

construído em Mogadouro, uma vez que lhe constou que o Executivo do Município de Mogadouro pretende construir o matadouro naquele município.

Referiu que tem conhecimento que tem havido algum trabalho por parte do Executivo Municipal de Miranda do Douro para que se construa o matadouro no concelho de Miranda do Douro.

Comentou que, se foi feito um acordo há algum tempo atrás entre os Municípios de Mogadouro, Miranda do Douro e Vimioso, relativamente à construção do Matadouro Intermunicipal, e se o Município de Mogadouro está a pensar construir o próprio matadouro, não faz sentido que o matadouro intermunicipal seja construído na localidade de Sendim. Porque se o município de Mogadouro vai construir um matadouro em Mogadouro, considera que devia ser repensada a localização do matadouro intermunicipal por forma a favorecer as pessoas do concelho de Miranda do Douro. Portanto, não lhe parece que faça sentido a construção do matadouro em Sendim, afirmando que, esta assembleia municipal se devia pronunciar a respeito desta questão. Sugeriu que, visto que Duas Igrejas tem os terrenos para construção da futura zona industrial que faria mais sentido que o matadouro fosse construído em Duas Igrejas, uma vez que se vai perder mercado do concelho de Mogadouro. Afirmando que, para as pessoas do Concelho de Miranda do Douro, será muito mais perto ser construído em Duas Igrejas do que em Sendim, assim como, seria mais favorável o mercado de Vimioso, sendo construído o matadouro em Duas Igrejas.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Jacoto Lourenço, cumprimentou todos os presentes e em seguida deixou alguma notas.

Congratulou-se com o voto de louvor atribuído ao comandante de destacamento da GNR, por todo o trabalho desenvolvido ao longo destes anos e em particular em período de pandemia, em que as autoridades tiveram um papel preponderante, ajudando, de certa forma a controlar a pandemia.

Em nome da junta de freguesia que representa e pelo trabalho próximo que foi prestado, para com as juntas de freguesia, reiterou o seu apreço por esse voto de louvor.

Sobre a questão de utilização dos herbicidas que contém glifosato, disse que, não é permitido as juntas de freguesia utilizar esses produtos, e que, há já muito tempo que isso não é feito.

Ainda a respeito deste assunto disse que, não é fácil para os Presidentes de Junta de Freguesia manter as ruas em condições recorrendo a outras soluções, que são economicamente mais dispendiosas e cujo efeito não é o pretendido.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Mencionou que, neste momento, as freguesias se deparam com uma praga de animais vadios, nomeadamente, cães vadios, referindo que, na Freguesia de Picote, já não sabe como se há de resolver esta situação, lembrando que a legislação não prevê a tomada de medidas em relação a esses animais, e o canil intermunicipal está totalmente lotado, sendo impossível resolver essa questão. A esse respeito, disse ainda que, naquelas freguesias onde há algum turismo, é desagradável as pessoas que visitam essas localidades estarem constantemente a reportar situações em que se sentem amedrontadas por se sentirem acossadas por esses animais vadios.

Apelou para que sejam tomadas medidas a esse respeito, para que se ponha cobro a esta situação, que começa a ser um flagelo para as freguesias deste concelho.

Reportando-se ao ano em curso disse que este pode vir a ser um ano problemático em termos de incêndios, devido à escassez de água e dirigindo-se aos membros do Executivo Municipal perguntou se o município já começou a tomar providências nesse sentido, referindo a questão da limpeza das bermas nas vias, porque podem transformar-se num possível foco de incêndio.

Fez alusão ao apoio atribuído às Juntas de Freguesia solicitando esclarecimento a respeito de qual é o ponto da situação da celebração de protocolos com as Juntas de Freguesia, referindo que as Juntas de Freguesia também têm de planear as suas atividades no que se refere a intervenções, porque cada vez são de maior envergadura. Saber o que é que as Juntas de Freguesia podem esperar deste Executivo Municipal quanto aos apoios que lhe serão atribuídos para executarem os trabalhos que as Juntas de Freguesia têm para desenvolver.

Foram aqui apontadas por diversos presidentes de junta de freguesia várias situações, a questão das escolas, aquela questão que já vinha de trás dos 2,5 % do IRS, era bom terem a noção com o que é que podem contar para poderem planear as suas intervenções ao nível das freguesias.

Perguntou a respeito das Áreas de Reabilitação Urbana, ARUS, assunto acerca do que disse ter solicitado por diversas vezes ao anterior executivo municipal esclarecimentos, referindo que, existem três ARUS no concelho, nomeadamente em, Miranda do Douro, Palaçoulo e Sendim, e que nunca tinha obtido resposta sobre os resultados práticos quanto às intervenções por ele apresentadas.

Comentou que essas áreas são áreas que se podiam traduzir para as freguesias com alguns incentivos financeiros, nomeadamente, para quem quer recuperar habitação, concretamente na sua aldeia, porque efetivamente tem vindo a existir essa dinâmica de recuperação, e nunca puderam ser beneficiados sendo inserida a sua freguesia numa dessas áreas. Referiu que essa



competência é das assembleias municipais, por proposta da câmaras municipais, e que gostaria de saber se é possível que na freguesia de Picote e Barrocal do Douro, porque embora tenham características diferentes, porque por um lado está-se a falar de arquitetura moderna no Barrocal do Douro, inclusivamente o próprio PDM já prevê a elaboração de um instrumento de gestão territorial onde isso se encontra plasmado tanto para o Barrocal como para Picote, e em Picote fala-se da arquitetura vernacular ou da arquitetura tradicional, sendo importante que a sua freguesia pudesse ter uma ARU, para que quem efetivamente quisesse investir, dizendo que estão pessoas a investir a expensas próprias e a suportar esses investimentos, quando podiam ter alguns benefícios em termos fiscais, o que podia ajudá-las nessas recuperações.

Expressou que gostaria muito que pudesse ser tida em consideração esta sua proposta para que as pessoas residentes na Freguesia de Picote pudessem usufruir desse apoio das ARUS, ou de âmbito mais vasto, as ORUS - Operações de Reabilitação Urbana, algo mais transversal, tanto em Picote como no Barrocal.

Perguntou, o que é eventualmente equacionar, o que é que a EDP pretende em termos de intervenção no chamado Bairro dos Engenheiros, deixando também nota relativamente ao papel preponderante que o Movimento Cultural da Terra de Miranda teve neste processo, no sentido de quase obrigar a EDP a que fizesse uma intervenção, referindo que, no caso de Picote, a parte mais antiga da aldeia que está previamente definida e que consta no Plano Diretor Municipal, para elaboração de um Plano de Pormenor que permita efetivamente que as pessoas possam ser beneficiadas.

O Presidente da União de Freguesias de Constantim e Cicouro, Tiago Filipe Fernandes Martins, cumprimentou todos os presentes e em seguida solicitou esclarecimento a respeito dos horários que irão ser praticados pelo balcão móvel, por forma a saber quais são os horários em que vai passar por cada uma das freguesias.

Referiu que lhe chegou ao conhecimento que as pessoas não sabem quais são os serviços prestados pelo balcão móvel, e talvez fosse interessante organizar uma sessão de esclarecimento a esse respeito com os Presidentes de Junta de Freguesia para poderem prestar esclarecimento as respetivas populações.

Perguntou acerca do balcão único do prédio (BUPI), a respeito do que tem conhecimento que o registo de prédios pode ser efetuado ao longo de quatro anos, mas que, gostaria de ter conhecimento acerca de quais são os procedimentos inerentes a essa plataforma, por forma a agilizar esse registo, parecendo-lhe adequado serem feitas sessões de esclarecimento nas



Handwritten signature in blue ink.

freguesias a esse respeito, para que, desta forma a informação passasse melhor e mais rapidamente do município para as freguesias.

O **Deputado Emanuel Pinto Bernardo** cumprimentou todos os presentes e deu continuação à sua intervenção dizendo que tinha alguns assuntos a expor.

Começou por saudar o louvor atribuído por este município ao Capitão Cristiano Gonçalves, bem como saudar a Comunidade Intermunicipal pela reclamação que apresentou em relação ao horário de funcionamento dos Centros de Saúde, comentando que teve conhecimento através dos meios de comunicação social da petição feita pela CIM-TTM para a reabertura dos Centros de Saúde por mais duas horas diárias.

Referiu que, no mandato anterior, tinha sido apresentada uma proposta pelo Partido Socialista, que foi aprovada por unanimidade, nomeadamente, a criação da Assembleia Municipal de Jovens, que, segundo lhe constou, já tem um Regulamento próprio, no entanto, essa proposta nunca chegou a ser implementada devido ao surgimento da pandemia.

Explicou ainda a este respeito que a Assembleia Municipal Jovem tem como objetivo dar voz aos jovens do concelho que frequentam o Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro, a respeito das suas ideias e das suas propostas, e que, inclusivamente, nessa altura foi falado que os jovens que integrassem essa assembleia, ou os seus representantes, poderiam vir esclarecer nesta Assembleia Municipal problemas respeitantes aos munícipes mais jovens, o que considera importante, referindo ainda a esse respeito que, nos termos do Regulamento da Assembleia Municipal Jovem, esta é presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal. Perguntou a respeito deste assunto se está previsto no atual mandato dar continuidade a esta proposta.

Dirigindo-se aos membros do Executivo Municipal perguntou em que fase está o processo do matadouro intermunicipal, que está previsto implementar em Sendim.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Genísio**, José Marcelino Antão, cumprimentou todos os que se encontravam presentes e dando continuidade à sua intervenção agradeceu o Executivo da Câmara Municipal pela forma como foi recebido.

Prosseguiu, referindo que, em anos anteriores, a Câmara Municipal cedia a motoniveladora para efetuar trabalhos nos caminhos das freguesias, e tendo ele conhecimento de que a motoniveladora não está em condições de ser utilizada, perguntou se estavam previstas ajudas para as Juntas de Freguesia fazerem ou mandarem fazer esses trabalhos, porque os munícipes pressionam os autarcas das suas freguesias nesse sentido.



Handwritten signature in blue ink.

Quanto à questão da utilização dos herbicidas afirmou que em tempos também os utilizou na sua freguesia para limpeza de ervas daninhas, no entanto, consciencializou-se do perigo que isso representava e decidiu não voltar a utilizá-los por serem nocivos para a saúde pública. Referindo que embora neste momento tenha mais despesa para efetuar a limpeza das ervas nas ruas, lhe parece mais adequado efetuar a limpeza da forma que é feita atualmente, porque se evitam riscos.

Relativamente à ETAR, disse que as pessoas da sua freguesia também se queixam a esse respeito, mas que tem conhecimento de que o atual Executivo Municipal tem estado a trabalhar no sentido de resolver essa questão.

O **Deputado Fernando Vaz das Neves** solicitou novamente o uso da palavra e tendo-lhe sido concedida, deu resposta ao Deputado António dos Santos a respeito da sua intervenção.

Disse que não foi sua intenção atacar o Professor Dr. Sobrinho Teixeira, que conhece pessoalmente, pretendendo apenas fazer referência ao que por ele foi proferido na campanha eleitoral. Tão pouco pretendeu pôr em causa o seu valor académico, nem as suas qualidades enquanto Secretário de Estado, afirmando que, quando alguma coisa for feita quer por ele, quer por parte do Governo do Partido Socialista que mereça ser aplaudido, cá estarão para felicitar o Partido Socialista, e espera, neste sentido, que não se crie nenhum mal-entendido entre o que aconteceu na campanha e o resto.

Aproveitou esta oportunidade para perguntar ao Executivo Municipal a respeito do que é que se passa com o Regulamento das Pré-aposentação dos Trabalhadores da Câmara Municipal, que foi criado pelo anterior Executivo Municipal.

A **Deputada Bárbara Fráguas** solicitou de novo o uso da palavra para dar resposta ao que foi dito pelo Presidente da Junta de Freguesia de Picote na sua intervenção, quando falou a respeito da questão dos herbicidas, afirmando que, realmente, pode ser mais caro fazer a limpeza mecânica no combate às ervas, mas que se esse trabalho for feito dessa forma se está a dar a ganhar a pessoas locais para o fazerem. Porque a questão da mão de obra local é também importante, em vez de dar dinheiro às grandes empresas que produzem herbicidas, podendo pelo contrário estar a deixar dinheiro na região.

Falou também a respeito da promoção turística ligada a esse espeto, e nomeadamente, no que refere à aldeia de Picote, dizendo que é uma aldeia que recebe também bastante turismo, e que se calhar devia ser colocada uma placa a informar que determinada aldeia não usa herbicida nas ruas, porque pode ser mais um atrativo para as pessoas a visitarem.



Handwritten signature in blue ink.

O **Deputado António dos Santos** solicitou o uso da palavra e tendo-lhe sido concedida, e em resposta ao Deputado Fernando Vaz da Neves, disse que, não há qualquer mal-entendido e que percebe essas questões da campanha, no entanto, considera que o valor do Professor Sobrinho Teixeira é por demais conhecido, pelo que tem feito como professor e como membro do governo. Em relação aos herbicidas, referiu que, já ouviu opiniões diferentes e pediu esclarecimento a respeito de se as Juntas de Freguesia podem ou não utilizar herbicidas nos espaços públicos.

O **Presidente da Assembleia Municipal** depois de terminadas as intervenções passou a palavra aos membros do Executivo Municipal para dar resposta às questões que lhes foram colocadas.

O **Vereador Vítor Bernardo** iniciou a sua intervenção apresentando os seus cumprimentos a todos os presentes e prosseguindo respondeu às questões do fórum dos pelouros que lhe foram atribuídos, nomeadamente, ao Presidente da União de Freguesias de Ifanes e Paradela, no que respeita à empreitada do miradouro recentemente executado em Paradela. Recordou que o Executivo Municipal se encontra em funções faz precisamente nesta data quatro meses, expondo que este Executivo, e neste caso, a sua pessoa em representação do mesmo, encetou diligências para auditar obras públicas que se encontravam em execução. Tendo-se, então, constatado em reuniões de obra com os projetistas, com os engenheiros que fizeram os cálculos, com os diretores técnicos da obra, e com elementos da Câmara Municipal que havia irregularidades na construção e no fornecimento de material, estando-se a falar de irregularidades graves. Porque se trata de irregularidades de obras cujo pressuposto fundamental é a segurança das pessoas, porque se trata de construções em altura, e as irregularidades saldaram-se em que o subempreiteiro não forneceu o material correspondente ao que estava no mapa de quantidades. Esclareceu que isto se passava nas obras respeitantes aos miradouros, tanto em Paradela como em Miranda do Douro. A título informativo referiu ainda que, na obra efetuada na Rua das Arribas, em Miranda do Douro, o empreiteiro, em auto de medição de trabalhos a menos, reembolsou a câmara em cinquenta e cinco mil euros, ou seja, a Câmara Municipal foi reembolsada em vinte e oito por cento do valor da obra.

Expôs que, neste momento, tem já em seu poder parecer técnico apresentado pelo engenheiro que projetou a segurança e que enumera uma série de correções a fazer, em ambos os miradouros, na Rua das Arribas, em Miranda do Douro, e em Paradela. As correções enumeradas são referentes, nomeadamente, à estrutura de aço, que é a parte mais importante.



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'A' or 'K'.

Transmitiu que o atual Executivo da Câmara Municipal apresentou duas denúncias criminais, porque os titulares de cargos públicos, e enquanto titulares da persecução do interesse público, têm um dever fundamental que é, se tiverem conhecimento da eventual prática de uma infração penal, o seu dever é participá-la. Caso contrário, cometem eles mesmos um crime de negação de justiça, e foi por isso que o atual Executivo participou a ocorrência e fá-lo-á em todas as obras que vir que o município está a ser defraudado.

Relativamente ao Regulamento das Pré-aposentações, aprovadas pelo anterior Presidente de Câmara, disse que o que se passa é que foi feita uma denúncia contra desconhecidos ao Ministério Público, que por sua vez instaurou um inquérito crime. Explicou que, por sua vez, o Ministério Público do Juízo de Competência Genérica de Miranda do Douro remeteu uma certidão para o Tribunal Administrativo de Mirandela. O Magistrado do Ministério Público deste Tribunal Administrativo instaurou um processo administrativo, no qual deu um despacho, e que diz algo parecido com o seguinte: "... o regulamento foi aprovado por quem não tinha poder para o fazer, este regulamento deveria ter sido aprovado pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, porque é um regulamento externo, e porque afeta os direitos e os deveres dos cidadãos."

Referiu ainda que o Ministério Público não afeta qualquer providência cautelar porque o município tem mecanismos mais céleres para o travar, nomeadamente, ou a invalidação de normas, eventualmente, ilegais que contém, ou a invalidação do regulamento e a elaboração de outro. Informou que foi solicitado um parecer à CCDRN a respeito desta matéria, e que, basicamente, diz a mesma coisa.

Quanto aos funcionários que estão em pré-aposentação, disse que os seus direitos estão constituídos, pelo que nem o Ministério Público tem legitimidade para intentar alguma ação individual contra qualquer um deles, porque os atos ainda não são impugnáveis, ou seja, os vinte e oito colaboradores que se encontram em pré-aposentação vão ficar em aposentação até se reformarem. E apenas com o acordo deles é que regressariam ao trabalho, lembrando que vinte e seis deles recebem cem por cento da remuneração que auferiam no ativo e dois setenta e cinco por cento.

Disse que o Executivo Municipal em funções irá estudar a forma jurídica melhor para travar o regulamento em questão e há de propor futuramente à Assembleia Municipal a aprovação de um regulamento como deve ser, e dividir responsabilidades.



Handwritten initials in blue ink, possibly 'F' and 'A'.

Quanto ao BUPI (Balcão Único do Prédio), disse que, neste momento, está ativo, e que trata basicamente a georreferenciação dos prédios rústicos, havendo uma interligação entre a administração tributária e o instituto dos registos e notariado. Explicou que primeiro está a ser feita a georreferenciação dos prédios do município, a seguir será publicitado o BUPI, e os técnicos hão de ir a cada freguesia para fazer esse registo.

No que respeita à ajuda na limpeza e conservação de caminhos nas freguesias, lembrou ao Presidente da União de Freguesias de Constantim e Cicouro que a obra do seu caminho, que liga Constantim ao Naso, se encontra concluída.

No que toca aos incêndios, disse que, neste momento, na maior mancha de sobreiros que existe no concelho havia uma lacuna num caminho que impedia passar as viaturas para combate aos fogos florestais, e que estão a ajudar a abrir um caminho e a fazer a limpeza com a giratória da Câmara Municipal, na União de Freguesias de Silva e Águas Vivas.

Afirmou que este Executivo Municipal tem um paradigma diferente e que, onde poder ajudar, ajuda com a maquinaria que tem e com os operadores que tem neste momento, porque as máquinas precisam de operadores.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, Nuno Rodrigues, fez uso da palavra para dar resposta a algumas das questões que foram colocadas ao Executivo Municipal.

Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e prosseguiu dando resposta ao Deputado Fernando Vaz das Neves, e, relativamente à questão das barragens, disse que o Executivo Municipal cá estará para reivindicar os impostos respeitantes ao negócio das barragens, ainda que tenham que ir pessoalmente implorar a quem de direito o que é devido em impostos a este município.

Quanto às questões colocadas pela Deputada Bárbara Fráguas, respondeu que a poluição que se verifica na ribeira de Atenor ainda é mais grave do que a deputada referiu, mencionando que a referida aldeia é a única aldeia do concelho que não tem ETAR, tem apenas uma fossa séptica. Afirmou que o Executivo Municipal está atento a essa questão, mas que não pôde resolver o problema existente em apenas quatro meses de mandato.

Ainda a este respeito, transmitiu que vai ser apresentada uma candidatura para que seja instalada uma ou duas ETAR's na localidade de Atenor.

No que respeita à utilização de herbicidas, é de opinião de que se devia acabar com a utilização de herbicidas, afirmando que o Executivo Municipal tudo fará para ajudar as juntas de freguesia deste concelho por forma a que não seja necessário utilizar herbicidas.



Handwritten initials in blue ink at the top right corner, and a handwritten mark resembling a stylized 'A' or 'X' below them.

Referindo-se ao depósito de água de Atenor, disse que tem muito que se lhe diga, porque essa empreitada ainda não estava adjudicada, conforme o anterior executivo municipal afirmava estar. A este respeito transmitiu que, quando o atual executivo municipal iniciou as suas funções, a obra referida não tinha sido ainda candidatada, mas que foi já candidatada pelo atual executivo municipal e que já se encontra aprovada.

Quanto à execução do depósito de água de Atenor, disse que também já foi adjudicado e que a sua execução tem financiamento garantido, tendo a Câmara Municipal que investir muito pouco dinheiro nessa empreitada de execução do depósito de água de Atenor.

Referiu ainda a este respeito que, a empreitada ainda não foi iniciada porque o empreiteiro tem neste momento muitas obras e ainda não pode dar início a esta, mas que rapidamente se dará início à sua execução.

No que se refere aos arruamentos de Atenor, respondeu que essa empreitada ainda não foi posta a concurso, nem foi adjudicada, e que por isso não foi feita obra, mas que está previsto ser executada. Acrescentou para terminar que o Executivo Municipal estará atento a todos esses passos, dizendo que podem fazer as coisas de forma diferente, além de que já foram feitas coisas que ninguém deu conta, mas que já foram feitas.

Quanto às questões colocadas pelo Deputado António dos Santos, comentou que o que importa é que o Dr. Sobrinho Teixeira se lembre de nós e que ajude a trazer os impostos devidos para este concelho.

Relativamente ao matadouro do planalto, e dando resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Duas Igrejas, disse que, neste momento, já não está a trabalhar com o mesmo Executivo, e que o atual Executivo é um Executivo sério, e não se pode andar a dizer hoje isto é amanhã aquilo, assegurando que o matadouro será implementado em Sendim.

Em relação à postura do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, disse que, há de estar do lado do Executivo da Câmara Municipal.

Transmitiu que também vai ser apresentada candidatura para a execução do matadouro, informando que o local para erigir o matadouro já está definido, o respetivo projeto já está elaborado, e o processo está quase pronto para remeter à Direção Geral da Agricultura, tendo já sido abordada esta questão com a Sr.^a Diretora da Direção Regional de Agricultura do Norte.

Em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã, quanto à colocação de asfalto nas vias, respondeu que o atual Executivo Municipal chegou à Câmara Municipal há quatro meses, e certamente terá conhecimento que nos meses de inverno não se trabalha com massa



Handwritten signature in blue ink.

asfáltica e mesmo assim já foram mandados tapar os buracos da via a que se referiu na sua intervenção.

Quanto aos arranjos urbanísticos em Vila Chã, referiu que já se encontram adjudicados e vão ser executados, porque o que já estava adjudicado é para dar continuidade, até porque é de bom tom não desfazer o que outros já tinham dado início, afirmando que esse é um dos lemas do atual Executivo Municipal.

Relativamente à rota turística da E.N.221, lembrou que a E.N. 221 é uma estrada nacional, e a estrada que liga a localidade de Fonte Aldeia a Vila Chã é uma estrada municipal, e que, embora gostaria que fosse também nacional, porque assim já não teria que ser o município a tratar de reparar a via, não o é.

Respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa, referiu que o Arq. Fernando não é assim um problema tão grave, e que, quando alguém pretende fazer trabalhos relacionados com urbanismo e habitação deve dirigir-se aos serviços da Câmara Municipal para se informar a respeito do que é necessário para fazer esses trabalhos. Porque se as pessoas se dirigirem aos serviços da Câmara Municipal no sentido de tratar das coisas antes de serem executados os trabalhos certamente tudo se resolve, e daí que um problema que possa vir a ser muito grave por não ter sido devidamente tratado, passa a ser um problema de simples resolução.

Afirmou a este respeito que não pode ser feita uma coisa sem saber se pode ser legalizada, pois depois de feita não é legalizável, assegurando que se os munícipes forem à Câmara conversar com o Arq. Fernando a respeito do que pretendem, certamente tudo se resolverá.

Dando resposta ao Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa, disse relativamente à ponte que está previsto o seu arranjo, que as valas vão sendo tapadas consoante se tiver disponibilidade, acrescentando que, neste momento, não pode ser colocado alcatrão nas vias.

Quanto ao edifício da Escola Primária, afirmou que gostaria que a questão já estivesse resolvida, porque há já doze anos que integra o Executivo Municipal e há já doze anos que se fala a respeito da Escola da Póvoa. Mencionou que o atual Executivo Municipal irá averiguar o que se pode fazer a esse respeito, assegurando que a Junta de Freguesia da Póvoa poderá contar sempre com o apoio do Executivo Municipal para resolver essa questão.

Relativamente à questão dos cemitérios, disse que os cemitérios foram sempre das Juntas de Freguesia porque são as juntas de freguesia que gerem e vendem os talhões de terreno para os jazigos e que desconhece qual foi o acordo que fizeram com o anterior executivo.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Esclareceu a este respeito que o único cemitério que é gerido pela Câmara Municipal é o da sede de concelho, ou seja, o de Miranda do Douro, os das demais freguesias são todos geridos pela respetiva junta de freguesia.

Em relação à afirmação proferida relativamente ao orçamento das juntas de freguesia, de que é um orçamento limitado, deu conhecimento de que este ano a Câmara Municipal teve uma redução no seu orçamento do valor de oitocentos mil euros, pelo que a redução de orçamento aconteceu a todos e por conseguinte todos perderam orçamento.

No que concerne às ETAR'S, disse que é do seu conhecimento de que quase todas as ETAR'S do concelho funcionam mal, mas que o atual Executivo Municipal já apresentou candidatura para aquisição de um camião limpa-fossas, e esperam que essa candidatura seja aprovada. Explicou que a função do camião limpa-fossas é limpar todas as ETARS por forma a pô-las a funcionar, e depois de fazer esse trabalho, as que funcionem em condições manter-se-ão e as que não funcionarem bem serão submetidas a candidatura para serem executadas de novo, tendo sido isto o que ficou comprometido com a Agência Portuguesa do Ambiente e é isto que será feito.

Dando resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Picote, disse que nem todos os cães que andam pelas ruas são vadios, e que por isso é preciso ter atenção, não sendo fácil dar indicação ao Veterinário Municipal para mandar buscar esses animais e serem levados cães que não são vadios e têm licença para poderem andar na rua, porque sendo animais também têm de ter liberdade.

Relativamente aos incêndios, expôs que o Executivo Municipal pediu ao Exército de Portugal para que lhes cedessem as maquinarias ao município durante um ou dois meses para fazerem corta-fogos e limpeza, onde for permitido neste concelho. Explicou, ainda, que em colaboração com a Diretora Regional / Vogal do CD do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) a Sr.ª Arquiteta Sandra Sarmiento, se vai verificar onde podem ser feitos rompimentos e proceder à limpeza de todos os caminhos.

No que toca ao apoio às Juntas de Freguesia, disse que é óbvio que a Câmara Municipal vai celebrar protocolo com todas as Juntas de Freguesia, e nesse protocolo poderá integrar-se a limpeza de caminhos, construções, reconstrução da escola, o que considerarem que é mais útil para cada uma das freguesias, manifestando total abertura para celebrar esses protocolos.

Referiu que já tinha transmitido o que acabou de dizer a todos os Presidentes de Junta de Freguesia que reuniram com ele, assim como os demais membros do Executivo Municipal que tinham reunido com Presidentes de Junta de Freguesia.



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'A'.

Quanto às ARUS, disse que tem conhecimento de que as pessoas singulares nada têm feito no âmbito das ARUS, mas que a autarquia tem agora possibilidade de candidatar os arranjos urbanísticos no âmbito das ARUS de Palaçoulo e de Sendim.

Comentou que, efetivamente seria bom que pudessem ser candidatas todas as freguesias que pretendessem recuperar habitações no âmbito das ARUS.

Respondendo ao Presidente da União de Freguesias de Constantim e Cicouro, disse que se pretende com o balcão móvel tratar dos mesmos serviços que são tratados no balcão único da Câmara Municipal, e, para além desses assuntos, também se pode tratar no que respeita ao cartão de cidadão.

Dando resposta às questões colocadas pelo Deputado Emanuel Bernardo, disse, em relação ao prolongamento do horário de funcionamento do centro de saúde, que anteontem tinha estado reunido com o Sr. Diretor da Unidade Local de Saúde do Nordeste e pela sua reação não lhe pareceu que essa notícia fosse real, mas que seria muito bom para todos caso se concretize.

Quanto à implementação da Assembleia Municipal Jovem, respondeu que se trata de uma proposta que pode ser viável e que teria todo o gosto que viesse a ser realizada.

Reafirmou mais uma vez que o matadouro intermunicipal vai ser implementado em Sendim, junto ao lagar de azeite, próximo da ETAR, para despoluir a ribeira que passa naquela zona de Sendim e, por conseguinte, para despoluir o Fresno.

Dando resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Genísio, disse, em relação à motoniveladora, que muito gostaria que estivesse já a funcionar para executar os trabalhos necessários nas freguesias, transmitindo que o Executivo Municipal tem em mente, caso não se consiga reparar a motoniveladora do município, contratar uma para executar os trabalhos de limpeza que for necessário fazer.

Em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Picote, relativamente à distribuição pelas juntas de freguesia dos 2,5 % do valor do IRS destinados a este município, transmitiu que o valor total que cabe à referida percentagem são cinquenta mil euros. Explicando que não é legalmente permitido fazer essa distribuição, mas que a Câmara Municipal pode fazer a distribuição de cinquenta mil euros pelas juntas de freguesia de outra forma. Assim sendo, disse que ou esse valor vai ser distribuído pelas juntas de freguesia para efetuarem trabalhos de limpeza e arranjo de caminho, ou então, em vez de distribuir essa verba, utilizá-la para contratar uma motoniveladora para efetuar esses trabalhos de limpeza nas freguesias.



Handwritten initials in blue ink, possibly 'J.P.' and a signature below it.

A **Presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra para dar resposta a algumas das questões que foram efetuadas por alguns dos membros da assembleia municipal.

Iniciou a sua intervenção deixando algumas notas a respeito da questão colocada pelo Deputado Emanuel Bernardo, a respeito posição conjunta que foi assumida na Comunidade Intermunicipal no que se refere aos centros de saúde do distrito de Bragança, afirmando que essa posição conjunta se prende com o facto de se pretender que os centros de saúde se mantenham abertos, não até às vinte e duas horas, mas sim até às vinte e quatro horas.

Tem consciência de que é algo extremamente difícil, mas que tem de se ir assumindo estas posições, e mormente porque quando são assumidas conjuntamente ganham outro enfoque e outro peso. Referiu, ainda a este respeito, que esta semana tinha conversado com a Dr.^a Virgínia Preto a esse respeito, tendo-lhe manifestado o seu descontentamento relativamente à falta de médicos no nosso concelho, que assegurem o serviço de urgência até às vinte e duas horas.

Referiu que todas as iniciativas que a Dr.^a Virgínia Preto considerar pertinentes assumir para resolver estas questões terão total apoio e solidariedade por parte do Executivo Municipal, afirmando que foi isso que lhe transmitiu, tendo-se concertado nesse sentido.

Comentou que costuma apontar a questão da saúde como sendo o calcanhar de Aquiles deste concelho, à semelhança do que acontece noutros concelhos do interior, referindo que este concelho tem melhor qualidade de vida, mas tem também este mal maior que se prende com o facto de as Autoridades de Saúde não terem a capacidade de dar resposta sempre que necessário. E, muitas das vezes, tal como lhes foi dito pela representante da Comunidade Intermunicipal na Unidade Local de Saúde do Nordeste, estes serviços são colmatados com os chamados médicos tarefeiros, que é uma solução de recurso, mas que não é a melhor solução.

Constata-se que é necessário abrir vagas, para que os médicos aqui se radiquem, e que permanecessem tempo suficiente por forma a ganhar gosto em viver no interior, aquele gosto que nós que estamos e vivemos cá reconhecemos.

Relativamente à Assembleia Municipal Jovem, disse, agradecendo ao Deputado Emanuel Bernardo pelo facto de ter lembrado essa questão, que é uma proposta que deve ser trabalhada, porque é uma forma de reconhecer o papel dos jovens no concelho, papel esse que considera prioritário. Comentou que é sobejamente conhecida a frase que diz que os jovens de hoje são os homens e mulheres de amanhã, e quanto mais cedo se começarem a embrenhar nestas questões melhor, porque todos temos a ganhar com isso.



Handwritten signature in blue ink.

No que respeita ao traçado da E.N. 221, disse que o traçado está feito, não há desvios, por muito que gostássemos que assim fosse, e que o comentário feito pelo Vereador Nuno Rodrigues é pertinente, porque se efetivamente aquele troço de estrada municipal fosse parte integrante da Estrada Nacional 221, o Executivo Municipal não teria de dar satisfações a respeito do respetivo estado de conservação.

Ainda a este respeito, disse que temos a honra de ter aqui no Concelho de Miranda do Douro o quilometro zero, e que vai ser encetado um projeto em conjunto com os diversos municípios, cujo território se estende ao longo da E.N. 221. Transmitiu que está a ser criado o passaporte da Estrada Nacional 221, com o quilómetro zero, que será integrado numa rota turística, acreditando que terá bastante sucesso.

Quanto ao balcão móvel, disse que é um serviço que vai ao encontro dos cidadãos, que se encontra num estado embrionário e já devia estar efetivamente a funcionar no terreno, sem embargo, relembra quem se possível, é sempre bom que as pessoas venham à cidade, pois considera que lhes faz bem-estar em contacto com outras pessoas. Além de que, aqui na cidade, encontram serviços e oferta de outras coisas que infelizmente nas aldeias não têm. Mas que já que o balcão ambulante foi uma candidatura aprovada, deve dar-se continuidade.

Manifestou a total disponibilidade do Executivo Municipal para prestar os esclarecimentos necessários, referindo que sempre que é solicitada uma reunião ao Executivo Municipal é imediatamente agendada com a maior brevidade possível, pretendendo que se mantenha assim apanágio deste Executivo Municipal, em colaboração com todos trabalhando em prol do concelho.

Quanto à aplicação de herbicidas e pesticidas foi perentória, afirmou que é totalmente contra a utilização desses produtos, e que o Executivo Municipal tudo fará, de forma faseada, para caminhar rumo a uma atitude mais positiva relativamente à natureza e à biodiversidade.

Outra questão que considera preocupante e que preocupa a todos, é a questão que se prende com os animais abandonados, lembrando que o centro de recolha existente em Vimioso está sobrelotado, e que, portanto, não é um problema de fácil resolução.

No que respeita à atitude do Arquiteto Fernando disse que é uma pessoa metódica, que adotou o seu próprio método de trabalho, e que, nem sempre se concorda com a forma como ele encara as situações. No entanto, há da parte do Arquiteto Fernando, e esse é o respeito que ele lhes merece, um cumprimento rigoroso da lei.



Handwritten initials in blue ink, possibly 'JL' and 'A'.

No que concerne à recuperação de casas no Centro Histórico, disse que as exigências são demasiadas, mas que não foi o Executivo Municipal que criou as leis.

Ainda a este respeito, referiu que sempre que lhe são colocadas questões relacionadas com esta matéria, faz questão que o Arquiteto Fernando seja ouvido na presença das pessoas interessadas, e tem-se conseguido encontrar as melhores soluções sempre no cumprimento estrito da legalidade, quanto mais não seja, porque há este empenho e as pessoas compreendem que há este empenho da parte do Executivo Municipal para que as situações sejam resolvidas.

Muitas vezes essas situações não são um problema, mas o Arquiteto Fernando tem uma visão das coisas sob o ponto de vista da legislação, que certamente tem de ser cumprida, o que às vezes cria algum atrito, cabendo ao Executivo dirimir esses conflitos.

Quanto ao matadouro, disse que há esta tomada de posição por parte do Presidente do Município de Mogadouro, que é pública, transmitindo que a cada reunião e sempre que tem oportunidade de estar com ele vai-lhe falando da questão, e cada vez o sente mais desligado desse propósito, da construção do matadouro em Mogadouro.

Referiu que o Executivo pretende que o acordo que foi assumido pelos três municípios seja encarado com seriedade, pois foi assumido um compromisso público por parte dos três municípios Mogadouro, Vimioso e Miranda do Douro, em relação à construção do matadouro neste concelho, mas será sempre um matadouro intermunicipal.

Referiu a este respeito que, da parte do Sr. Presidente do Município de Vimioso, têm total anuência, sendo que da parte do Sr. Presidente do Município de Mogadouro há muito trabalho a fazer relativamente à sua tomada de posição, mas independentemente de ele não abdicar da construção do matadouro em Mogadouro, o propósito do Executivo da Câmara Municipal de Miranda do Douro é construí-lo em Sendim, e com isso será conseguido um bem maior, porque será desmantelado o edifício do atual matadouro na zona do Fresno, a sua consequente despoluição, e consequentemente a reabilitação daquela zona, e aí serão conseguidos dois propósitos, a construção do matadouro em Sendim e a despoluição do Rio Fresno em Miranda do Douro.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Jacoto Lourenço, tomou a palavra para dizer, na qualidade de funcionário da Câmara, que os funcionários da Câmara Municipal não são um problema, são soluções, e considera que devem ser acarinhados e devem ser tratados com esse carinho, porque eles são o melhor que as instituições têm, que são os recursos humanos.



Handwritten signature in blue ink.

E enquanto funcionário não gosta de ouvir a forma como os funcionários são comentados, pedindo desculpas por este desabafo.

Lembrou que foi há pouco dito pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal que de facto vão aproveitar as ORUS para fazer a requalificação urbanística, os arranjos urbanísticos em Sendim e Palaçoulo, o que considera meritório. Porém, não pode aceitar que a sua freguesia mais uma vez seja prejudicada neste contexto, e, portanto, espera que não sendo com uma ARU, que seja essa questão salvaguardada através de um arranjo urbanístico. Até porque, ultimamente, tem estado a ser colocada toponímia mirandesa em todas as freguesias, sendo que a Freguesia de Picote já não será beneficiada nesse âmbito porque já tem essa toponímia há mais de vinte cinco anos, e será uma questão de justiça que se proceda em consonância nessa situação.

Por último deixou nota, a respeito da questão da E.N. 221, dizendo que, apesar da ligação do cruzamento da E.N. 221 ao Barrocal do Douro ser já uma estrada municipal, não deixa de ter sido inicialmente também E.N. 221-6 que ligava à barragem de Picote, algo que faz parte daquilo que é a arquitetura moderna, deixando apelo à Sr.^a Presidente para que diligencie por forma a que sejam também incluídas no passaporte que estará a ser feito para a E.N. 221.

O **Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa**, António Ribeiro, disse, em relação à questão do cemitério que o que sendo retirado às freguesias o serviço prestado pelo coveiro nos cemitérios das freguesias, em compensação o município iria distribuir uma verba por cada uma das juntas de freguesia para serem eles a mandar executar esse serviço.

Quanto à questão da recuperação das casas, na localidade da Póvoa, referiu que na localidade da Póvoa não existe uma traça arquitetónica que tenha de manter-se uniforme, tal como no Centro Histórico, em Miranda do Douro.

Para terminar, felicitou o Executivo Municipal pela atribuição de transporte gratuito aos munícipes para se deslocarem a efetuar tratamentos oncológicos.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, Nuno Rodrigues, fez novamente uso da palavra para dar resposta a algumas das questões apresentadas pelos presidentes das juntas de freguesia de Picote e da Póvoa.

Dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia de Picote respondeu, no que respeita aos funcionários, que os membros do Executivo Municipal quando têm de defender os funcionários que os defendem, e quando têm de os chamar à atenção que também o fazem, afirmando que também sabem agradecer aos funcionários aquando do seu bom desempenho.



Handwritten signature in blue ink at the top right corner of the page.

Relativamente às ARUS, disse que foi bem claro, afirmando que, neste momento, há verba no âmbito das ARUS para gastar em Palaçoulo e em Sendim, e que, se puderem ir buscar financiamento às ARUS que assim farão, e que obviamente não serão prejudicadas outras freguesias, nem Picote, nem qualquer outra.

Quanto ao passaporte da E.N. 221, disse que vão ficar atentos e ter em atenção o que solicitou à Sr.ª Presidente da Câmara, tomando nota relativamente a esse respeito.

Respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa, disse que sempre defendeu que o coveiro devia continuar a fazer serviço nas juntas de freguesia do concelho.

Referiu que é preciso ter em conta que, entretanto, foi criado um problema, que se o Sr. António Ribeiro conseguir resolver o Executivo agradecerá. Concretamente, devido ao facto de ter sido retirada a prestação dos serviços efetuados pelos coveiros nas juntas de freguesia foram criadas empresas privadas para efetuarem esse serviço, e perante esta situação seria injusto voltar a disponibilizar o coveiro às juntas de freguesia, porque se estaria a fazer concorrência desleal por parte da câmara municipal a essas empresas privadas.

Esclareceu, relativamente à prestação dos serviços fúnebres efetuados pelo coveiro da Câmara Municipal que as taxas inerentes à prestação desses serviços não eram nem a câmara municipal nem a junta de freguesia a assumi-los, eram os munícipes que solicitavam o serviço, que pagavam essas taxas, taxas essas que passaram de setenta para cento e cinquenta euros cento e cinquenta euros, afirmando que isso é que foi mal feito, porque duplicou o valor.

Concluídas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal continuou passando ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

3. Aprovação da ata da sessão realizada a 27 de dezembro de 2021.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim pretendessem intervissem neste ponto, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes.

A ata respeitante à sessão realizada a vinte e sete de dezembro de dois mil e vinte e um foi distribuída antecipadamente por todos os membros que integram este órgão autárquico, devido ao que foi dispensada a sua leitura, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 57.º, do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Foi aprovada por unanimidade, dos membros que participaram na sessão acima mencionada, a referida ata, nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, da Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

4. Aprovação da proposta de designação de Fiscal Único para o mandato 2021/2025 – Resíduos do Nordeste, EIM, S.A..



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'S' and 'A'.

O **Presidente da Assembleia Municipal** explicou que este assunto já tinha sido tratado em reunião de Câmara e tinha sido aprovado por unanimidade, procedendo à abertura de inscrições para que os membros que assim pretendessem intervissem neste ponto, e não se tendo verificado inscrições neste ponto da ordem do dia, passou à votação deste assunto, tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada pelo Órgão Executivo da Câmara Municipal, respeitante à designação de Fiscal Único para o mandato 2021/2025 – Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., tendo sido designada para o efeito Fernando Peixinho & José Lima, S.R.O.C., Ld.^a, pessoa coletiva n.º 502525410, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 92.

5. Integração dos representantes das freguesias da Comissão Municipal da Defesa da Floresta do Município de Miranda do Douro na futura Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Florestais – Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro.

O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que, na sessão realizada por esta Assembleia Municipal a vinte e sete de dezembro do ano transato, foram eleitos dois representantes das freguesias deste concelho para a Comissão Municipal da Defesa da Floresta, nomeadamente, o Presidente da Junta de Freguesia de Picote, Jorge Jacoto Lourenço, e o Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Lísis Fernandes Gonçalves, que agora transitam para a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Florestais, nos termos do previsto na alínea b), do número 3, do art.º 29.º, do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro.

Nesse sentido, abriu inscrições para que os membros que assim pretendessem intervissem neste ponto, e não se tendo verificado inscrições, passou à votação deste assunto, tendo sido aprovado por unanimidade, denominar para representar as freguesias deste concelho na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Florestais, os Presidentes de Junta supramencionados, nos termos do diploma legal acima referido.

6. Transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais do domínio da ação social.

O **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu a respeito deste assunto, que foi já tratado em reunião do órgão executivo e passou a palavra ao Executivo Municipal para prestar esclarecimento a este respeito.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** explicou a respeito desta matéria que deviam ser assumidas pelo município a partir do próximo dia um de abril, as competências do domínio da ação social, tendo sido entretanto publicado um diploma legal que veio permitir que o prazo de aceitação dessas competências se prolongue até janeiro de 2023, tendo sido deliberado e



aprovado, por unanimidade, em reunião do órgão executivo da câmara municipal não aceitar a transferência dessas competências no ano 2022, por não se encontrarem reunidas as condições consideradas necessárias para a sua aceitação.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, neste contexto, abriu inscrições para que os membros que assim pretendessem manifestassem a sua opinião a este respeito, e não se tendo inscrito nenhum dos membros, passou à votação deste assunto, tendo sido aprovado por unanimidade não aceitar a transferência de competências para os órgãos municipais do domínio da ação social, sob proposta do Órgão Executivo da Câmara Municipal, por considerar não estarem reunidas as condições necessárias para a sua aceitação.

7. Apreciação da informação a prestar pela Sr.^a Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim pretendessem intervissem neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado Júlio Miguel.

A **Presidente da Câmara Municipal** deu uma explanação sucinta a respeito dos assuntos que constam na informação apresentada nesta sessão, nomeadamente, o que respeita à resolução de problemas que têm surgido no sistema de abastecimento de água para consumo humano, em Miranda do Douro, concretamente na canalização, porque se têm ocorrido fugas de água, que não tem sido fácil colmatar devido à falta de colaboradores nessa área, porque se encontram em regime de pré-aposentação. Mencionou que os colaboradores que se encontram em funções nesse serviço têm sido incansáveis e deixou a esse propósito uma nota de agradecimento pela postura dedicada que estes colaboradores têm tido na resolução desses problemas.

Afirmou que, quando se referiu anteriormente ao Arquiteto Fernando, não foi no sentido de o acusar do que quer que fosse, nem será este o local adequado para o efeito, referindo que é uma defensora acérrima de todos os colaboradores da Câmara Municipal, no espírito de que se sacrificaria por qualquer um deles, porque é a líder deste grupo, não só do Executivo Municipal, mas também de todos os trabalhadores da câmara, porque responde por todos eles, para o bem e para o mal e eles sabem disso.

Ainda relativamente a esta questão das águas, disse que lhe parece algo estranho que nunca tenha sido efetuado o mapeamento das canalizações, porque a não existência desse mapeamento dificulta muito o trabalho quando há fugas de água, o que considera ser uma grande falha.



Handwritten signature in blue ink at the top right corner of the page.

Informou que já foi adjudicada a execução de duas empreitadas, uma em Atenor, e outra em Fonte Ladrão, para a construção de reservatórios para abastecimento de água, estando ainda em execução obras na rede de água em Paradela.

Quanto à questão dos miradouros, referiu que o Executivo Municipal tomou conhecimento de que as obras não estavam a ser executadas de acordo com o previsto nos respetivos cadernos de encargos, e que quando é colocada em causa a segurança das pessoas têm de ser acionados todos os alertas e todos os mecanismos tendentes a colmatar essas falhas.

Considera que, os referidos miradouros serão uma mais-valia para o turismo, sendo esse um aspeto extremamente positivo, o que já se faz sentir relativamente ao Miradouro da Fraga do Puio, em Picote. No entanto, não quer de maneira alguma que os miradouros sejam conhecidos por serem notícia de abertura de telejornais, ou capas do correio da manhã, porque, caso esses miradouros fossem abertos ao público poder-se-ia estar a pôr em causa a segurança das pessoas com possibilidade de ocorrência de acidentes, expondo que, o que se pretende é abrir os miradouros quando se verifique que todas as condições de segurança são garantidas.

A respeito do Centro de Inovação Tecnológica, que vai ser criado de raiz em Sendim, disse que é um projeto que já se encontra em estado avançado de implementação, e que se destina a jovens empresários deste concelho. Pretendendo com este projeto apostar na capacitação dos mais jovens e empresários, no que toca, nomeadamente, à inteligência informática.

Deu nota de que o Executivo Municipal apostou na renovação e revitalização do pavilhão multiusos, no que foi colocado um piso apropriado para a prática desportiva, concretamente, basquetebol, voleibol e futsal. Já foram lá recebidas as seleções de sub-18 portuguesa e espanhola, estando lá previstos estágios para outras seleções.

Referiu que os jogos de futsal do Grupo Desportivo Mirandês passarão a decorrer naquele pavilhão, o que ainda não se concretizou porque faltava adquirir uma rede de proteção.

Recordou que o pavilhão estava construído e estava a ser utilizado como garagem, mas que atualmente tem uma função mais digna e positiva podendo aproveitá-lo desta forma.

No que se refere ao Centro de Valorização das Raças Autóctones, transmitiu que se trata de um projeto financiado em setenta e sete por cento através dos fundos comunitários, e esse mesmo financiamento vai aumentar para os oitenta e cinco por cento, o que se torna ainda mais positivo.

Referiu que o Centro de Valorização das Raças Autóctones vai contar com tecnologia de ponta no que respeita à inseminação artificial, promovendo dessa forma a valorização e o melhoramento genético das raças autóctones do território do Planalto Mirandês.



Handwritten signature in blue ink at the top right and a handwritten mark in black ink below it.

Ainda a este respeito, disse que logo que seja possível e com o avançar das obras o Executivo Municipal pretende encetar negociações no sentido de criar parcerias com as universidades, mormente com a UTAD e com o IPB e se possível alargar a Espanha, para que possam colaborar neste Centro de Genética que será uma mais-valia tanto para este território como a nível nacional.

Acerca da habitação social, disse que não se procedeu ao aumento do preço da água conforme aprovado pelo anterior Executivo Municipal, porque o atual Executivo Municipal resolveu tomar esta decisão na tentativa de minimizar o impacto que a pandemia tem tido nas nossas vidas a nível financeiro.

Partilhou que está previsto e em boa fase de desenvolvimento e execução de um investimento de cerca de seis milhões de euros, totalmente financiados por fundos comunitários, nomeadamente a construção, requalificação e aquisição de espaços para habitação social.

A respeito dos protocolos a celebrar com as juntas de freguesia, disse que estão a ser elaborados, mas que existe a dificuldade em encontrar o montante que vá ao encontro das expectativas de cada Presidente de Junta de Freguesia e que vá ao encontro das possibilidades do município.

Ainda a este respeito, referiu que serão encetadas reuniões no sentido de se chegar a um valor que seja dentro do possível, o ideal.

Fez alusão aos protocolos que foram celebrados com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Miranda do Douro e de Sendim, relativamente ao transporte dos doentes oncológicos. Referiu que antes do protocolo ser assinado neste âmbito, o Executivo Municipal reuniu previamente com os elementos representantes das referidas associações humanitárias e para que, efetivamente, se chegasse a um acordo no que respeita aos valores, porque existe uma tabela que tem que ser respeitada, tendo os protocolos sido acionados logo depois de se chegar a acordo.

Ainda a respeito da celebração de protocolos, referiu que, antes da celebração de qualquer protocolo, reunirão com os Presidentes de Junta, para que possam ir ao encontro daquilo que são as pretensões de cada Presidente de Junta de Freguesia.

Salientou, mais uma vez, o papel fundamental que os Presidentes de Junta desempenham neste concelho, levando ao conhecimento do Executivo Municipal muitas situações que não são de fácil resolução.



Handwritten signature in blue ink.

Referiu que se constata que muitos problemas persistem nas respetivas freguesias há muitos anos, alguns há mais de doze anos, e outros há mais de vinte anos, referindo que o atual Executivo Municipal tentará ajudar os Presidentes de Junta de Freguesia sempre que for possível. No entanto, não podem criar aquela expectativa de que ao fim de quatro meses de mandato tenham todas as situações resolvidas, porque não é razoável pedir isso, mas que, de uma forma articulada, o Executivo tentará ir ao encontro dessas expectativas.

Mencionou que o Executivo Municipal tem apoiado várias Associações Culturais deste Concelho, informando que o valor que estava a ser pago aos pauliteiros por cada atuação pela câmara municipal, concretamente, o valor de duzentos e cinquenta euros, referindo que sempre se insurgiu contra isso porque considera que se trata de um valor que não dignifica os pauliteiros, tendo sido aprovado em reunião de câmara por unanimidade pagar cada atuação pelo valor de quatrocentos euros, e talvez não seja o valor ideal, ou que dignifique aos pauliteiros, mas é uma ajuda, caminhando-se no sentido de ano após ano melhorar esse aspeto.

Relativamente às bolsas de estudo atribuídas aos alunos deste concelho para o ensino superior, disse que este ano foram atribuídas quinze bolsas de estudo, representando um investimento global de dezasseis mil, quatrocentos e cinquenta e cinco euros. A este respeito, disse que se trata de um investimento que está a ser feito na vida dos alunos que vão para o ensino superior, em termos de valor também não lhe parece que seja a ajuda ideal, mas que, este ano foi o que se conseguiu.

Declarou que o Executivo trabalhará cada vez mais para que o leque de alunos abrangidos para a atribuição de bolsas de estudo possa ser maior, e que não seja por esse motivo de não ter este apoio que os alunos não vão para o ensino superior, sendo um orgulho para o Executivo Municipal, enquanto tal, e também enquanto país, poder contribuir para este apoio, afirmando que tem que continuar e não é de colocar de parte e deve ser alargado a um numero superior de alunos e com montantes superiores.

Transmitiu que foi celebrado um protocolo entre este município e a Santa Casa da Misericórdia para cedência de um terreno para a construção de um novo lar de idosos, dizendo que é algo essencial para as condições de vida dos nossos idosos, sendo com satisfação que deixa registo desse facto aqui e partilha com os presentes.

Ainda a respeito dos protocolos celebrados com as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Douro e de Sendim, deu conhecimento de que o Sr. Carlos Martins, o



proprietário da empresa Ambulâncias de Miranda, veio reclamar junto da Câmara Municipal devido ao facto de se sentir preterido nesta situação do transporte dos doentes oncológicos.

Esclareceu que os doentes oncológicos a quem é atribuído o transporte gratuito são os que não têm credencial, sendo que o Sr. Carlos Martins trabalha em igualdade de circunstâncias com os bombeiros.

Referiu que, quando tomou conhecimento deste regulamento, uma das coisas com as quais não concordou, mas havia urgência de aprovação e por isso foi posto em prática, porque é um assunto que mexe com a saúde e a vida das pessoas, foi a exclusão das empresas privadas desta parceria. Aludiu que esta situação da possibilidade dessa empresa ser incluída nesse protocolo será estudada pelo Executivo Municipal, o que implicará a alteração ao regulamento, ainda que todos têm um especial carinho pelos bombeiros. No entanto, considera que esse especial carinho não pode permitir que se deturpe a visão em relação a quem está no terreno a oferecer as mesmas valências, e é nesse sentido que este assunto será estudado em sede de Executivo Municipal.

Mencionou que estes cento e vinte dias de mandato têm sido um turbilhão, num sentido muito positivo, acredita que estão a deixar registado que este é um Executivo que está muito atento, que está ativo e tentará sempre pautar-se por esta conduta.

Declarou que podem contar com o Executivo Municipal em qualquer situação que considerem que a Câmara Municipal, na pessoa do executivo, ou na sua pessoa, possam ajudar ou servir de intermediários de alguma maneira ou em alguma situação, reafirmando que estarão totalmente disponíveis e fazendo votos para que possam continuar a trabalhar desta forma, porque o concelho só tem a ganhar se todos estiverem empenhados desta maneira.

Foi dado conhecimento do conteúdo da informação a prestar pela Sr.^a Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal a todos os membros deste órgão deliberativo.

O **Deputado Júlio Miguel** solicitou o uso da palavra para se manifestar a respeito desta última intervenção feita pela Presidente da Câmara Municipal no que respeita ao Regulamento do Transporte de Doentes Oncológicos, dizendo que ele próprio integra uma das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários deste concelho e que a prestação do serviço do transporte de doentes oncológicos por parte das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários é uma forma de elas serem financiadas, sendo importante manter o protocolo com está atualmente.



A **Presidente da Câmara Municipal** em resposta ao Deputado Júlio Miguel contrapôs que o que está em causa não é o financiamento das associações de bombeiros, afirmando que as associações de bombeiros voluntários deste concelho têm sido das instituições mais acarinhadas pelos sucessivos executivos municipais, e que estarão sempre do lado dessas associações. Lembrando que o que está em questão é abrir o leque para que mais uma entidade possa prestar esse serviço, o que jamais porá em causa o papel das associações de bombeiros.

Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por terminada a sessão eram doze horas e trinta minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal

Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal

A Secretária da Sessão